

BLUMENAU EM CADERNOS

TAXA PAGA
AUTORIZAÇÃO Nº. 48
ECT DR S.C.



TOMO XVI

Janeiro de 1975

Nº. 1

CANTO DOS COOPERADORES

**Esta publicação pode sobreviver
graças à generosa contribuição dos
seguintes cooperadores**

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - Blumenau
Tabacos Blumenau S/A. - Blumenau
Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau
Artex S/A. - Blumenau
Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau
Companhia de Cigarros Souza Cruz - Blumenau
Artur Fouquet - Blumenau
Georg Traeger - Blumenau
Electro Aço Altona S/A. - Blumenau
Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau
Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau
Transportadora Vale do Itajaí Ltda. - Blumenau
Felix Hauer - Curitiba
Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro
Fritz Kuehnrich - Blumenau
Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.
Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque
Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau
Malharia Blumenau S/A. - Blumenau
Gráfica 43 S/A. - Ind. e Com. - Blumenau
Consulado Alemão - Blumenau
Dr. Jucy Varella - Caçador

Blumenau

em Cadernos

T O M O X V I

JANEIRO DE 1975

Nº. 1

AGRADECIMENTO

Ao iniciarmos, com este número, mais uma jornada deste mensário, muito justo é, que externemos aos nossos valiosos colaboradores, assinantes e cooperadores, os nossos agradecimentos pelo apoio que recebemos e que nos permitiu, percorrer mais uma longa caminhada, procurando sempre atender aos reclamos de nossos assíduos leitores.

As falhas havidas no decorrer do ano de 1974, procuraremos sanar no decorrer do novo ano que desponta cheio de esperanças de melhores dias para a comunidade Brasileira,

Conseguimos, não sem esforços, melhorar a feição gráfica desta modesta publicação, instalando oficinas próprias no afã de apresentar um trabalho melhorado. Pensamos que o conseguimos,

Se não nos faltar o imprescindível apoio dos nossos cooperadores, podemos garantir que no decorrer do ano de 1975, esta revista circulará bem melhorada, com maior número de páginas e com farto material de interesse geral.

O número de assinantes vem sendo aumentado gradativamente o que significa, interesse na boa e salutar leitura.

De nossa parte, a par de nossos agradecimentos pela boa acolhida, prometemos não desmerecer a confiança em nos depositada, assim DEUS nos ajude.

A D I R E Ç Ã O

Manoel Rodrigues – Mandú-Assú

(Dos “Alfarrábios” de J. Mendes da Costa Rodrigues)

Era, geralmente, conhecido por Mandú-Assú nesses tempos em que a língua guaraní disputava o predomínio da língua portuguesa no Brasil.

Mandú-Assú equivale a Manoel grande, e bem merecia, esse homem que assombrava a todos quantos o viam. Pela sua grande estatura e corpulência. Era um gigante! A sua força guardava justas proporções com o seu desenvolvimento físico e era, além disso, dotado de resoluções enérgicas. Homem de cor preta, nascido em Pindamonhangaba.

Achava-se Manoel Rodrigues à bordo da nossa frota, que saíra de São Paulo para Cuiabá.

No ano de 1736, quando em 19 de março foi atacado na confluência do rio Paraudá pelos índios Tayagoás. Esses terríveis marinheiros possuíam milhares de canoas, que voaram por cima das águas, impelidas pelos remos, e vigorosas braçadas e infestavam aqueles rios, hostilizando encarniçadamente os Paulistas do mesmo modo que os Guayenrús.

Destros cavaleiros rompiam as bandeiras desses ousados sertanistas e levaram o destroço e a morte ao meio dos bandeirantes!

Manoel Rodrigues ouviu, não sem horror, o grito de alarme dado pelos vigias da frota. Governava uma canoa de sua propriedade, em que transportava todos os seus haveres. Ia nela sua esposa, mulher parda, quase como ele, e como ele dotada de coragem varonil. Levava com ele também os seus escravos.

Já a frota forte e numerosa se enlaçava com a nossa. Reinava a confusão e a morte, e as ondas do rio se tingiam de sangue!

Atacado por duas canoas inimigas, o valente Pindamonhangabano empenha todas as suas forças e defende-se com valor e destreza em igual! Em vão tentam os índios dar-lhe abordagem, o seu braço os repele vigorosamente. Ora é a espingarda, que dispara, prostando, sem vida o Tayagoá audaz que o investia, enquanto a mulher lhe carregava a arma. O conflito durou algumas horas, perdemos o bravo comandante da frota, que era Pedro de Moraes, mas a vitória nos coube. Manoel Rodrigues ou MandúAssú, chegou a Cuiabá, precedido pela fama de seus feitos. O Governador da Capitania lhe deu a patente de Capitão, honrando assim o seu valor e a sua coragem e de sua mulher!

BLUMENAU EM CADERNOS

Assinatura Anual (12 números) Cr\$ 20,00

Números avulsos - - - - - Cr\$ 2,00

Números atrasados - - - - - Cr\$ 5,00

As assinaturas começam sempre em Janeiro e terminam em Dezembro (12 Nos.)

POLÍTICA IMIGRATÓRIA NO BRASIL REGÊNCIA

por George P. Browne
SETON HALL UNIVERSITY

A década das regências não é um período de brilho para a história da imigração no Brasil. Pelo contrario, não há uma época em todo o século dezenove em que as aparências indicariam mais desânimo, desprezo, e desorganização na política imigratória do governo brasileiro. Mesmo assim, esta década proporcionou uma oportunidade para a recuperação dos excessos e da falta de planejamento que caracterizaram o primeiro império, uma oportunidade para dar início à implantação de legislação destinada a favorecer a imigração, e uma oportunidade para estimular governos provinciais e entidades particulares a participarem no processo de colonização. Embora o número de imigrantes chegados ao Brasil fosse exíguo, embora a sorte das colônias existentes em 1830 ficasse ao azar, embora o governo imperial mostrasse mui pouco interesse em assuntos de imigração, implantaram-se no Brasil regência os alicerces de uma política organizada e regular de estímulo à imigração, a qual viria a florescer durante o segundo império.

As tradições herdadas do Brasil colônia, e ainda mais do Brasil de Dom Pedro I, se deve a maior parte do desânimo e abandono que sofreu a política imigratória no Brasil regência. Portugal lançou mão de colonização subsidiada para fins estratégicos no Brasil, mandando imigrantes ilhéus para colonizar e segurar regiões fronteiriças, desde o Amapá à Colônia do Sacramento, como bem descreveram os estudiosos Artur César Ferreira Reis e Manuel Diégues Júnior.¹ A este impulso estratégico se juntou, durante o reinado de Dom João VI, uma ânsia de atrair ao Brasil elementos alheios ao império português. Os resultados mais importantes desta política foram a missão artística francesa e a colônia suíça fundada em Nova Friburgo em 1820.² Tanto na colonização estratégica como na colônia suíça, o governo português subvencionou fortemente os imigrantes, proporcionando-lhes transporte, terras, sementes, animais,

ferramentas, e diárias durante a época de sua implantação.³ Assim estabeleceu-se uma tradição de auxílio oficial à imigração.

A essas tradições — estratégica, estrangeira, e de apoio oficial — apelou o governo de Dom Pedro I, porém de uma maneira que resultaria no descrédito total da imigração. Razões estratégicas e o interesse pelo elemento estrangeiro levaram ao recrutamento de milhares de alemães e irlandezes, que viriam ao Brasil desfarçados como colonos, mas em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros que eram o orgulho do imperador. Razões também estratégicas ditaram a localização de muitos colonos alemães nas regiões isoladas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde defenderiam vias de comunicação no interior daquelas províncias ainda mal povoadas. Esta imigração, recrutada sob pretextos falsos e sem escolha pelos agentes do governo imperial — Schaeffer e Cotter, deixou péssima impressão na Europa, dando ampla margem aos governos alemães que se opunham à emigração na sua campanha de pintar o Brasil como país inhóspito. Anos teriam de passar para se conseguir a redenção desta má fama.⁴ No Brasil, o dinheiro gasto com os batalhões de estrangeiros, a amotinação de junho de 1828, e a crescente oposição às políticas do imperador levaram ao abandono completo da imigração. A lei do orçamento de 1831 rezava simplesmente, “Fica abolida em todas as Províncias do Imperio a despeza com a colonização estrangeira.”⁵ Seria uma base melancólica para o início da época das regências.

Época tumultuosa, a era regencial continha fortes desestímulos à imigração. Os homens que governaram em nome do pequeno imperador, por mais capazes que fossem, não gozavam da marca de legitimidade em que se apoiava a autoridade dos imperadores. Tiveram que verter seus esforços à simples tarefa de conter os impulsos centrífugos que ameaçavam destruir o império. As situações que levaram ao ato adicional, às revoltas nas províncias, às mudanças no regime da regência forçaram questões do porte da imigração e colonização a um nível secundário durante toda a década. Como disse o professor Hélio Vianna, “as dificuldades políticas que assinalaram a fase das regências, . . . , impediram que continuasse, antes da Maioridade de D. Pedro II, o incremento da imigração para o Brasil.”⁶ Aceitando a impossibilidade do avultamento da imigração, este trabalho concentrará nas iniciativas que visavam

preparar o terreno para uma futura imigração.

Por toda a era regencial, encontrou-se no Ministério do Império, desde 1825 a repartição responsável pela colonização, um ambiente de apoio à imigração, embora se reconhecesse que a situação política não permitiria medidas onerosas ao tesouro. Em 1832, o ministro José Lino Coutinho apontaria a necessidade de desenvolver o interior do país e a prevista crise de trabalhadores que resultaria do estancamento do tráfico de escravos.

Nestas circunstâncias, deveremos pôr todo o cuidado em augmentar as forças productivas; não só facilitando a introducção de maquinas apropriadas mas ainda promovendo-se a emigração de gente trabalhadora com o que muito tambem se augmentará a nossa população, e mesmo pelo encruzamento das raças, se tornará melhor.⁷

Reconhecendo que somente métodos indiretos de estímulo à imigração conseguiriam algum apoio na legislatura, o ministro Joaquim Vieira da Silva e Souza escreveu em 1832.

Não penseis que, . . . , o Governo tenha em vista resucitar o systema de colonização até agora praticado entre nós, seus vicios, e as consequencias delles, são bem conhecidos, para que não deseje restabelece-lo; o Governo tem sim em vista atrahir capitalistas, e homens laboriosos, que se transplantem para o nosso paiz, sem despeza da nossa parte, e sem outras concessões, mais que as de terrenos, e de certas exempções por hum determinado numero de annos.⁸

Neste mesmo teor limitaram-se os ministros José Inácio Borges e Antônio Paulino Limpo de Abreu a pedirem à legislatura passagem de lei para regulamentar a venda ou aforamento de terras e outras medidas que tenderiam a “consolidar e dar permanencia às nossas instituições,” para tornar o Brasil mais acolhedor ao imigrante.⁹ Numa tentativa de ampliar a faixa de legisladores que estariam dispostos a apoiar a imigração, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque promoveu um levantamento de localidades apropriadas à colonização estrangeira. Concluiu que tais lugares existiriam desde Santa Catarina no sul até Maranhão ao norte e às imediações do Rio Cuiabá no oeste brasileiro.¹⁰ Todas estas tentativas de estimular entusiasmo pela imigração apenas conseguiram manter acesa

a ideia, e as palavras pessimistas do Cândido José de Araújo Viana, ministro em 1841, refletem o estado desanimador da política imigratória do governo no fim da década regencial.

Povoar o Brasil á custa dos Cofres Publicos he (seja-me permitida a expressão) huma verdadeira chimera; esperar que os Agentes do Governo levem ao ponto de exactidão, que se deve desejar, o exame sobre o procedimento dos individuos, que se propoem a emigrar, para que não recebamos pessoas turbulentas, ou de huma moral corrompida, ou finalmente inuteis, em lugar de trabalhadores aptos, bem comportados, e pacificos, he outra.¹¹

No parlamento desta época, o abandono da imigração impossibilitou qualquer medida de apoio direto, seja às colônias já existentes, seja a iniciativas novas. Não se gastou um tostão com imigração e colonização. Mesmo assim várias medidas foram adotadas que influiriam no desenvolvimento da imigração durante o segundo império. A primeira iniciativa parlamentar que afetaria ao imigrante redimia uma promessa feita na Constituição de 1824.¹² É a lei de naturalização de 23 de outubro de 1832. Esta lei estabeleceu um período de quatro anos de residência — o qual poderia ser suspenso em certas circunstâncias — e o pagamento de uma taxa de 12\$800 — soma talvez onerosa para um colono agricultor — para a naturalização. Para a época era uma lei liberal, refletindo o desejo de facilitar ao estrangeiro radicado no país condições fáceis para seu entrosamento na vida da sua terra adotiva. A lei serviria, várias vezes liberalizada, de fundação para o acolhimento do colono até o fim da era imperial.¹³

Muito mais controversial seria a lei de locação de serviços de 11 de outubro de 1837. O fim da lei era proteger o colono e encorajar a imigração regulando o contrato que um fazendeiro brasileiro fizesse com um imigrante. Especificava as circunstâncias nas quais um fazendeiro poderia demitir um colono, estipulava as penas a serem aplicadas a um colono que tentasse evadir as dívidas que contraísse junto ao fazendeiro, protegia o fazendeiro de tentativas por pessoas alheias de lhe subtrair os trabalhadores, e especificava as condições sob as quais o colono poderia tentar a rescisão do contrato perante as autoridades. A lei também oferecia proteção a menores, estabelecendo autoridade para regular seus contratos, proibindo

vigência do contrato além da minoridade, e estipulando que metade do salário do menor seria guardado aparte para ser lhe entregue no fim do contrato.¹⁴ Preparada por uma legislatura dominada por elementos achegados à grande lavoura, e confiada para sua execução a uma justiça também dominada por interesses agrícolas, a lei viria a ser severamente criticada. Um crítico anônimo de mais ou menos 1857 afirmaria que a lei não protegia o colono por falta de quem o fizesse cumprir.

Certainement le Bresil peut avoir des lois excellentes, mais nous avons vu que c'est en vain que le colon a invoqué leur protection. Je ne rappellerai pas que les injustices les plus criantes ont été portées devant le président provincial, mais que celui-ci les a repoussées iniquement; je ne répèterai pas que de fausses mesures, prejudiciables pour les colons, ont été delivrées aux fazendeiros par les fouderies du gouvernement.¹⁵

Durante os anos que seguiriam, far-se-iam repetidas sugestões pela modificação da lei. Em 1875, João Cardozo de Menezes e Sousa, em seu estudo detalhado da imigração, concluiria que a lei de 1837 fizera mais para travar a imigração do que para atraí-la ao Brasil.¹⁶ Mesmo aceitando estas críticas, podemos ressaltar que a lei de locação de serviços se destinava a proteger o colono e beneficiar a imigração numa situação onde não existia proteção para o colono dos abusos de um fazendeiro acostumado a lidar unicamente com mão de obra escrava.

Outras iniciativas que visavam encorajar a imigração incluíram a isenção das taxas de ancoragem para navios que trouxessem mais de cem colonos ao Brasil. Esta medida, incluída na lei do orçamento de 1835 visava diminuir o preço da passagem para o imigrante, e seria a primeira de uma série de ajustes feitas até 1858 nas taxas de ancoragem especificamente para favorecer a colonização.¹⁷ Finalmente, deve-se à era regencial o início da preparação da lei das terras de 1850, com projetos que visavam principalmente beneficiar a imigração. Introduziram-se na Câmara dos Deputados, em 1838, dois projetos que propunham apoio do governo à imigração. Quando vieram a debate pela primeira vez em 1840, a Câmara logo resolveu que deveriam fazer parte de um projeto que autorizasse o governo a vender terras públicas, embora nenhum tivesse mencionado terras públicas ou devolutas. Da comissão encarregada da questão logo veio novo projeto incorporando

muito dos projetos de 1838.¹⁸ A influência destes projetos ainda se vê claramente no projeto adotado pela Câmara em 1843,¹⁹ a qual serviria de base para a versão final da lei de 18 de setembro de 1850 que se elaboraria no Senado.

Como o governo imperial abrisse mão de iniciativas diretas para encorajar a imigração sem deixar de se interessar por sua continuação, tornou-se necessário tentar incentivos a outros setores brasileiros para que desenvolvessem programas de colonização. Em 1834, o ato adicional legou às províncias a principal responsabilidade pela imigração, e em suas instruções de 1835 aos presidentes provinciais o regente Feijó encorajou a passagem de leis, o pagamento de transporte a imigrantes, e provisões para facilitar o emprego de imigrantes.²⁰ A única província a aceitar o convite do governo imperial foi a Santa Catarina. Em 1823, seu governo recebera autorização para distribuir sesmarias de um quarto de légua a “colonos residentes nessa Província, e a todas as mais pessoas que estiverem em circunstancias de poderem fazer estabelecimentos ruraes.”²¹ Baseando-se nesta autorização e no estímulo proporcionado pelo governo da côrte, a província autorizou em 1836 a fundação de duas colônias, Itajaí e Nova Itália, a primeira sob o patrocínio direto do governo provincial, a segunda para ser desenvolvida pelos empresários Carlos Demaire e Henrique Schutel. Estes trouxeram 180 colonos da Sardenha para a Nova Itália. Embora as duas colônias sofressem ataques de índios, conseguiram se estabelecer firmemente antes do fim da era das regências.²² O governo ainda cedeu terras às margens do Rio Cubatão a colonos que haviam deixado a antiga colônia de São Pedro de Alcântara, fundada em 1829, dando assim procedimento ao estabelecimento da colônia chamada Vargem Grande.²³ Mas logo surgiu um obstáculo à continuação destas iniciativas. Em decisão de 21 de julho de 1837, o governo imperial informou o presidente de Santa Catarina que a assembleia excedera a sua autoridade concedendo terras aos colonos.²⁴ Impossibilitado de conseguir terras gratuitas para colonização, desanimou-se o governo provincial, que daquela data em diante deixaria para a iniciativa privada e o governo central a colonização na província.²⁵

Pouco sucesso também tiveram as tentativas de encorajar entidades particulares a auxiliar a imigração. Em 1837 o ministro do Império saudou calorosamente o trabalho da

Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, que desde 1835 se dedicava a atrair imigrantes e ajudá-los a se adaptarem ao novo país.

Tal Sociedade progride zelosa no desempenho das obrigações que espontaneamente se impoz com as vistas de promover o adiantamento do paiz em objecto de tamanha importancia, como seja a aquisição de braços livres, que nos tragão industria, sobriedade, e constante amor ao trabalho, e que convertendo Sertões ermos, e agrestes em paizagens risonhas, e animadas, servindo as officinas dos misteres fabris, se tornem úteis a se, e concorrão ao mesmo tempo para a utilidade geral. Apesar do curto espaço, que ainda tem de existencia esta Sociedade, devidamente coadjuvada pelo Governo nas suas operações tem prestado uteis serviços.²⁶

A Sociedade Promotora teve uma vida curta. Entre 1836 e 1839 ela ajudou uns 2.508 imigrantes e sem mais nem menos sumiu.²⁷ Tentativas de incentivar a imigração concedendo terras a companhias que nelas fundariam colonias tiveram seu início com a concessão de vinte e quatro léguas quadradas de terras à Companhia do Rio Doce, organizada em 1835 para ligar por barco a vapor o vale do Rio Doce ao Rio de Janeiro. Esta concessão foi feita com a condição de que a companhia colocaria nestas terras pelo menos cento e vinte colonos por légua de terra dentro de um prazo de sete anos.²⁸ Nem a Companhia do Rio Doce nem as outras companhias brasileiras assim auxiliadas durante o segundo império conseguiriam desenvolver seu património pela colonização.²⁹ Diretamente então, poucos foram os resultados das tentativas de incentivo a províncias ou a particulares. Continuariam porém estas tentativas, e nos anos que seguiram às regências surgiriam em todas as províncias ao sul de Minas Gerais e Espírito Santo, e mesmo em algumas do norte brasileiro, iniciativas particulares e provinciais para o fomento da imigração.³⁰

Pode-se dizer de toda a época regencial que os resultados para a imigração e colonização foram exíguos. Embora os dados oficiais sejam mui escassos — não existem dados sobre a imigração para os anos 1830-1835 — ao que parece, o rítimo de imigração diminuiu a menos da metade do volume do primeiro império.³¹ As colônias fundadas durante o reinado de Dom Pedro I todas sofreram do abandono oficial. A mais

forte, São Leopoldo, conseguiu se manter, mesmo durante os distúrbios da guerra dos Farrapos, mas só veio a retomar o crescimento depois da maioridade de Dom Pedro II. Outras colônias também sobreviveram, como a de Tôrres no Rio Grande do Sul ou a de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina. Mas estas estavam mal iniciadas quando se cortaram as verbas, e jamais conseguiram retomar um ritmo de crescimento como foco de uma contínua imigração. Ainda outras colônias, como a de Santa Amélia em Pernambuco ou Santo Amaro em São Paulo, não resistiram ao abandono, desaparecendo quase por completo tão logo se começou a era regencial.³²

Mesmo no seu desânimo e abandono, o período das regências serviu de importante corretivo à herança do primeiro império. A continuidade do apoio à ideia da imigração como fonte de desenvolvimento é um elo sem o qual dificilmente se desenvolveriam os programas imigratórios do segundo império. Na exígua imigração se pôde compreender a necessidade de contínuos auxílios para incentivar a colonização. Na legislação e nas tentativas de incentivo a programas extra-governamentais, viram-se o começo de soluções aos problemas de liberdades civis, de terras, e de relações entre colono e natural da terra, entre outros. Embora não resolvessem os problemas, estas iniciativas tornaram-se pontos de partida para a contínua busca da melhor fórmula para atrair uma imigração espontânea que caracterizaria o segundo império.

NOTAS

1 Artur César Ferreira Reis, "Os açoreanos e a integridade territorial do Brasil," *Revista de Imigração e Colonização*, 8, 4 (1947), 5-9; Manuel Diégues Júnior, "Contribuição dos casais ilhéus à fixação do, "Uti-Possedetis'," *Revista de Imigração e Colonização*, 9, 2(1948), 9-15.

2 "Decreto de 25 de novembro de 1808," Brasil, *Collecção das leis do Brasil de 1808* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891), p. 166; "Decreto de 16 de maio de 1818," Brasil. *Collecção das leis do Brasil de 1818* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890), I, 46-50; "Decisão de 8 de junho de 1819," Brasil, *Collecção das leis do Brasil de 1819* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890), II, 13-14; Henri Raffard, *La colonie suisse de Nova Friburgo et la Société Philantropique Suisse de Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Leuzinger e filhos, 1877), pp. 1-7ff; Agenor de Roure, "O centenário de Nova Friburgo," *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Brasileiro, 83 (1918), 251. Veja também George P. Browne, *Government Immigration Policy in Imperial Brazil, 1822-1870* (Ann Arbor: University Microfilms, 1972), pp. 33, 38-39, 64-67, e 84 para outras referências. Dora em diante citar-se-há a *Collecção das leis do Brasil* simplesmente como Brasil, *Leis de . . .*

3 "Decreto de 1 de setembro de 1808," Brasil, *Leis de 1808*, pp. 128-129; Diêgues Jr, "Contribuição," *Revista de Imigração e Colonização*, p. 13; C. R. Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750: Growing Pains of a colonial society* (Berkeley: University of California Press, 1969), pp. 242-250; Duaril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil: With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779* (Berkeley; University of California Press, 1968), p. 73.

4 As fontes sobre a imigração do primeiro império são muitas e variadas. Para um resumo veja Browne, *Government Immigration Policy*, pp. 64-108. Outras fontes de maior importância são Afonso de Escragnoille Taunay, "No Brasil imperial," *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 87 (1920), 231-363; Carlos Seidler, "Dez annos nó Brasil (Zehn Jahre in Brasilien), durante o reinado de D. Pedro I e apos o seu destro-namento," *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 10, 1 (1930), 2-120; e Leo Waibel, "Principios da Colonização Européia no Sul do Brasil," *Revista Brasileira de Geografia*, 10, 2 (1949), 159-222.

5 "Lei de 15 de dezembro de 1830, art. 4," Brasil, *Leis de 1830*, I, 108.

6 *História do Brazil* (7a ed., 2 vol.; São Paulo: Edições Melhoramentos, 1970), II, 176.

7 (*Relatório do Ministério do Império de 1832*) (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832), p. 9.

8 *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1835* (Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1835), p. 26.

9 José Inácio Borges, *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1836* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836), pp. 21-22; Antônio Paulino Limpo de Abreu, *Relatorio da repartição dos negocios do imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1837* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837), pp. 20-21.

10 *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1839, pelo ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839), pp. 29-32.

11 *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1841, pelo ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio* (Rio de Janeiro; Typographia Nacional, 1841), p. 29.

12 "Constituição Política do Imperio do Brazil, art. 6, par. 4, 5," Brasil, *Leis de 1824*, I, 8. Veja também Brasil, *Leis de 1829*, II, aditamento, p. 5; Brasil, *Fallas do Throno desde 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da camara temporaria; e de diferentes*

informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções sessões secretas e fusões com um quadro das epochas e motivos que deram lugar a reunião das duas camaras e competente historico collegidas na secretaria da camara dos deputados (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889), pp. 166-167; Brasil, *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados, 1830* (Rio de Janeiro: Typographia J. Pinto e Filhos, 1887), II, 415; *Ibid.*, 1832, I, 127, 136-137, 139-141, 144; II, 13-14, 185-187, 202. Dora em diante citar-se-ha os *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados* simplesmente como Brasil, *Anais da Câmara . . .*

13 Brasil, *Leis de 1832*, I, 116-119. Veja também Brasil, *Anais da Câmara*, 1843 (2a sessão), II, 849; 1845, I, 79; II, 335, 455, 760; 1845 (2a sessão), I, 186, 679-680, 682-685; 1846, I, 511, 686, 690, 756; 1847, II, 87-88, 276; III, 8-9, 23-27; 1854, II, 88; 1855, I, 51-52; 1856, III, 142-143; 1857, I, 368; II, 306; 1858, I, 60-61; 1862, I, 99; 1867, I, 103; 1869, I, 137; "Decreto de 30 de agosto de 1843," Brasil, *Leis de 1843*, I, 39; "Decreto de 3 de setembro de 1846, Brasil, *Leis de 1846*, I, 63; "Decreto de 31 de janeiro de 1850," "Lei de 18 de setembro de 1850, art. 17," Brasil, *Leis de 1850*, I, 4, 312; "Decreto de 23 de junho de 1855," Brasil, *Leis de 1855*, I, 3-4; "Decreto de 22 de janeiro de 1859," Brasil, *Leis de 1859*, II, 18; Joaquim Marcelino de Brito, *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3a sessão da 6a Legislatura* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1846), pp. 29-80; (José Carlos Pereira de Almeida Torres), Visconde de Macaé, *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 1a sessão da 7a Legislatura* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848), p. 35.

14 "Lei de 11 de outubro de 1837," Brasil, *Leis de 1837*, I, 76-80.

15 "Memória sobre a Casa Vergueiro e a colonização," sem data (1857?), Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro, 257/2/2, p.3.

16 Joaquim Marcelino de Brito, *Relatorio da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 4a sessão da 6a Legislatura* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847), p. 49; "Memorandum em que sam expostas as vistas do Governo Imperial a respeito da colonização e emigração para o Brasil," sem data (1855?), Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, seção histórica, códice 807, XIX, 270-271; Manoel Felizardo de Sousa e Melo, "Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas," pp. 17-18, appenso a Luís Pedreira do Couto Ferraz, *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretario d'Estado dos negocios do Imperio* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856); Dom Pedro II, Fala do trono de 5 de maio de 1862, Brasil, *Falas do Trono*, p. 573; Brasil, *Anais da Câmara*, 1866, III, 185; Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na na terceira sessão da decima quarta legislatura peto ministro e secretario de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas* (Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1871). p. 31; João Cardozo de Menezes e Sousa. *Theses sobre a colonisação do Brazil; projecto de solução ás questões sociaes, que se pren-*

dem a este difícil problema. *Relatorio apresentado ao ministerio da agricultura, commercio e obras publicas em 1875* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875), pp. vi, 32, 258-260.

17 "Lei de 31 de outubro de 1835, art. 18," Brasil, *Leis de 1835*, I, 116; "Lei de 21 de outubro de 1843, art. 8, par. 4," Brasil, *Leis de 1843*, I, 68; Conselho de Estado, seção dos negocios do Império, "Parecer sobre vantagens a ser concedidas a navios que trouxerem colonos," 7 de dezembro de 1843, Arquivo Nacional, seção histórica, códice 276, I, 66-77; "Decreto de 21 de abril de 1844," Brasil, *Leis de 1844*, II, 111-115; "Decreto de 1 de fevereiro de 1845," Brasil, *Leis de 1845*, II, 4; "Lei de 15 de setembro de 1855, art. 12," Brasil, *Leis de 1855*, I, 42; "Decreto de 1 de maio de 1858, art. 26." Brasil, *Leis de 1858*, II, 281.

18 Brasil, *Anais da Câmara, 1838*, I, 351-353; 1840, I, 214, 217-219, 407-409, 414-425, 739-743; II, 370, 661-667, 673-680.

19 Veja Brasil, *Anais da Câmara, 1843* (2a sessão), I, 592.

20 Hélio Vianna, *História do Brasil*, II, 176; "O marquez de Barbacena e a imigração," *Revista de Imigração e Colonização*, IV, 1 (1943), 167-168.

21 "Provisão de 8 de abril de 1823," José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo, *Legislação Brasileira, ou Collecção Chronologica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., etc., do Imperio do Brazil, desde o anno de 1808 até 1831 inclusive, contendo: além do que se acha publicado nas melhores collecções, para mais de duas mil peças ineditas* (7 vol.; Rio de Janeiro: J. Vilneuve e comp., 1836-1844), IV, 48.

22 Manoel Felizardo de Sousa e Melo, "Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas," p. 25, apenso a Luís Pedreira do Couto Ferraz, *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negocios do Imperio* (Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855); Francisco Ramiro de Assis Coelho, *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1840, pelo ministro e secretario de estado dos negocios da Justiça, e interinamente do Imperio* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840), p. 35; Lourival Câmara, "Estrangeiros em Santa Catarina," *Revista de Imigração e Colonização*, I, 4 (1940), 714.

23 Manoel Felizardo de Souza e Melo, "Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas," 1855, pp. 25-26.

24 Brasil, *Collecção das decisões do governo do Imperio do Brazil de 1837* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887), p. 274.

25 Veja Browne, *Government Immigration Policy*, pp. 151, 157-158, 202-203, 207-212.

26 Abreu, *Relatorio do Ministério do Império de 1837*, p. 21. Veja também Borges, *Relatório do Ministério do Império de 1836*, p. 21.

27 Bernardo Pereira de Vasconcelos, *Relatorio da repartição dos negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1838* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838), quadro 7;

Albuquerque, *Relatório do Ministério do Império de 1839*, quadro 8; Hélio Vianna, *História do Brasil*, II, 177.

28 "Decreto de 17 de setembro de 1835, art. 4, 11, 12," Brasil, *Leis de 1835*, I, 33, 35; "Decreto de 9 de agosto de 1836, condição 13," Brasil, *Leis de 1836*, II, 205-206.

29 Exceção a esta regra se tem de fazer da Companhia União e Indústria que fundou em Minas Gerais a colônia Dom Pedro II em 1858. Veja "Decreto de 7 de agosto de 1852, condição 22," Brasil, *Leis de 1852*, II, 250-251 e Browne, *Government Immigration Policy*, p. 200n27.

30 Veja Browne, *Government Immigration Policy*, pp. 177-216.

31 Veja Walter F. Willcox, ed., *International Migrations*, National Bureau of Economic Research publication § 14 (2 vol.; New York: National Bureau of Economic Research, 1929), I, 236, 549; J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização no Brasil*, Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, publicação avulsa § 2 (Rio de Janeiro, 1950), quadro junto à página 60; Browne, *Government Immigration Policy*, pp. 104-106, 121-122, 327-329.

32 Brito, *Relatório do Ministério do Império de 1846*, pp. 46-49, tabela 12, 13; F. de Leonardo Truda, "A colonização alemã no Rio Grande do Sul," *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 10, 2(1930), 207-209; Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, "Memoria Historica sobre a Colonia Alemã de S. Pedro d'Alcantara estabelecida na Prova de Santa Catharina," 20 de maio de 1848, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, lata 17, documento 19, pp. 6-7; Waibel, "Princípios," *Revista Brasileira de Geografia*, p. 167; Guilherme Auler, "Os colonos de Santa Amélia (Pernambuco) e o diretor Major João Bloem," *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, 11(1962), 104-105; J. J. von Tschudi, *Viagem às Províncias de Rio de Janeiro e São Paulo*, introdução de Afonso de E. Taunay, tradução de Eduardo Lima Castro (São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1953), pp. 124-125.

Apresentado no Seminário Brasileiro-Americano Sobre o Período Regencial
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1974.

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

Orgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: F. C. Allende

Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 20,00

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89.100 BLUMENAU — Santa Catarina — BRASIL

As Enchentes no Vale do Itajaí

J. FERREIRA DA SILVA

- V -

Ainda no dia 13 de manhã podia-se ver fora da água a prainha da Ponta Aguda (1).

Mas logo depois o rio passou a subir rapidamente, fazendo prever o pior. Por todo o interior da Colônia caíram verdadeiras trombas d'água, agravando sempre mais a situação. Segundo as notícias telegráficas, ao contrário dos rios do Oeste e Hercílio que contribuíram com enorme volume de água para a cheia do Itajaí Açu, o rio do Sul trazia pouca água, patentiando, assim, que o perigo maior estava nos dois grandes afluentes do Oeste e do Norte e dos seus tributários. E, daquela região, não chegavam notícias seguras por falta dos postes telefônicos que os jornais vinham reclamando desde a grande enchente anterior. Chegou-se a observar que, em Blumenau as águas chegaram a subir um metro e meio por hora, porém, na quarta-feira, 14, ficaram estacionárias com as áreas mais baixas da cidade completamente submersa. No dia seguinte as comunicações com Itoupava Seca (2) e com o Garcia estavam interrompidas. As águas continuavam a subir até por volta do meio dia. Entretanto, depois a chuva cessou e as águas começaram a voltar ao leito, afugentando as ameaças de uma catástrofe ainda maior.

Pelos dados acima, pode-se avaliar em nove e meio metros o nível alcançados pelo rio. Não temos, entretanto, em que basear uma certeza a esse respeito. De vários pontos da Colônia chegaram notícias aos jornais blumenauenses afirmando que, ali, as águas haviam atingido um nível pouco inferior às enchentes de 1880 e 1911,

(1) Bem diante do centro de Blumenau, à margem esquerda, o rio Itajaí acompanha a grande curva do bairro da Ponta Aguda.

(2) Esse bairro era então, geralmente conhecido por *Áltona*, seu nome primitivo.

1926

14 de janeiro nova enchente. Ruas foram submersas pelas águas do Itajaí Açu e as comunicações com o interior da Colônia foram interrompidas.

Pelo interior do município trombas d'agua fizeram transbordar violentamente os ribeirões. Os dois formadores do Itajaí, os rios do Sul e do Oeste despejavam grandes massas d'agua que agravava ainda mais o perigo de uma grande catástrofe em Blumenau. Pela primeira vez funcionou, embora com alguma deficiência o serviço de Prevenção das cheias do Itajaí. Postos metereológicos, ainda que deixando muito a desejar, haviam sido instalados em pontos estratégicos do interior da Colônia nas cabeceiras dos grandes braços alimentadores do Itajaí Açu e desses postos iam os encarregados transmitindo à central de Blumenau de hora em hora os dados metereológicos, a intensidade das chuvas, as alterações do nível das águas, de sorte a manter a população da cidade alertada sobre os eventuais perigos.

À noite de 14 ainda as águas subiram ainda cerca de um metro a mais. Mas já no dia seguinte as ruas atingidas já estavam livre das águas.

Acreditamos na falta de dados mais concretos que os que nos fornecem as noticias dos jornais, esta enchente não foi maior que a do ano anterior.

Nos dias seguintes, caíram novos temporais, os rios aumentaram de volume, porém sem maiores consequencias.

1926

Na ultima semana de setembro nova enchente do Itajaí Açu causou grandes apreensões à população blumenauense. Fortes temporais precederam ao transbordamento do grande rio e dos seus tributários. Felizmente as águas chegaram, apenas a inundar as zonas baixas da cidade. O serviço de previsão de enchentes funcionou a contento, segundo o noticiário da imprensa. Verificou-se que o rio Hercilio foi o maior responsável por essa enchente, pois, foi da zona drenada por ele e seus afluentes que desceu o maior volume d'agua.

1927

Vinha chovendo desde fins de outubro. No domingo, 6 de novembro as chuvas engrossaram assustadoramente. Mas apesar da água do rio ter atingido grande altura, não se acreditava no perigo que estava iminente. Mas já na quinta feira, depois do meio dia, vieram noticias alarmantes de Rio do Sul. Verdadeiras trombas d'agua caíram sobre a região e o rio do Sul aumentava assustadoramente de volume, chegando as águas a subir 75 cm. por hora. O Superintendente imediatamente fez imprimir e espalhou por toda a cidade boletins, prevenindo a população que passou a tomar as providências mais urgentes e que a experiência de situações anteriores aconselhava. Já às 9 horas da noite as águas começavam a invadir as zonas baixas da cidade. Duas horas depois a usina elétrica submersa deixou a cidade às escuras, aumentando o pavor da população. Os moradores das casas atingidas pelas águas, transferiram-se para as residências de parentes e conhecidos. Pela manhã de quarta feira grande parte de Blumenau transformou-se num verdadeiro mar. As águas foram subindo até a noite. Este foi, segundo o testemunho dos jornais da época (1), a maior enchente depois da de 1911 e uma das maiores depois da de 1880. Uma terça parte da cidade ficou submersa. Em Rio do Sul as águas alcançaram o nível de 10,30 metros e ali também muitas residências ficaram debaixo d'agua. Por toda a Colônia os prejuizos foram avultados, nas plantações, nas estradas, pontes e canais. A Companhia de Metralhadoras Pesada acantonada em Blumenau, teve também o seu quartel invadido pelas águas (2) o que não impediu que os seus soldados tomassem parte ativa. Igualmente os operários da Estrada de Ferro Sta. Catarina foram movimentados para o serviço de socorros à população. O gráfico publicado por "Blumenau em Cadernos" (3) dá para esta enchente a cota de 12m30, igual à de 1891 e a de 1898. A diferença, segundo o "Der Urwaldsbote" do nível atingido pelas águas na enchente de 1911 e 1927 foi de 4,50 metros. Nível atingido nesta enchente 12,40. (4)

(1) "*Der Urwaldsbote*" n° 39 de 11/11/27

(2) A 9ª Cia. de Metralhadoras estava aquartelada em prédio à esquina da Rua Floriano Peixoto (então Bom Retiro), no mesmo ponto em que foi construída a loja das "Casas Pernambucanas"

(3) Volume 4º, página 18

(4) "*Der Urwaldsbote*", n° 14 de 15 de agosto de 1930

1928

Nos ultimos dias de maio (domingo de pentecostes, segunda e terça-feira seguinte depois de alguns dias de chuva; o Itajaí Açu transbordou, Inundou parte da cidade nas regiões mais baixas, mas sem atingir muitas residencias. (É verdade que, naquele tempo evitava-se construir nas partes facilmente inundáveis, mesmo nas pequenas cheias). As comunicações com Itoupava Seca ficaram interrompidas, sinal que a rua (atual rua São Paulo) nas emediações do Ribeirão do Tigre, estava completamente inundada. Telegramas de Rio do Sul anunciavam que ali as águas haviam subido em 12 horas 8,20m.. Os prejuizos à lavoura foram grandes, pois a maior parte dos vales dos rios e ribeirões, preferidos para as plantações de milho, feijão, etc. ficaram debaixo d'agua. As comunicações pela estrada da Serra tambem ficaram interrompidas durante varias dias na altura de Aquidaban (hoje Apiúna) e em outros pontos mais baixos.

1928

Em meados de agosto houve nova enchente. Embora as águas tivessem alcançado nivel pouco inferior à de maio, junho, causaram grandes prejuizos à lavora e inundaram algumas ruas da cidade. As comunicações com Itoupava Seca e com Rio do Sul e demais pontos da região serrana, tambem estiveram interrompidas por alguns dias. A 17 de agosto ainda era difícil viajar-se para o interior da Colônia, mesmo a cavalo.

Segundo o "Der Urwaldsbote" essa fora a quinta vez que no espaço de poucos meses deste ano, as águas do Itajaí e seus afluentes haviam ultrapassado o leito e causado muitos prejuizos aos colonos em suas plantações ribeirinhas (1). Segundo a mesma fonte, o maior volume d'agua desceu das regiões do Rio do Sul e do Rio do Oeste, onde as águas subiram a 9,20 m o que significava que em Blumenau elas deveriam ter alcançado pelo menos o mesmo nivel. Segundo os calculos dos entendidos, a vasão das águas do rio, aqui em Blumenau, durante essa enchente foi de 4.500 metros por segundo.

1928

A 16 a 17 de setembro, nova cheia que alcançou a

(1) "Der Urwaldsbote", n° 14 de 17/8/1928

cota de 10,00 m. inundando varias ruas da cidade e estradas do interior, interceptando as comunicações de pedestres e veículos entre os bairros do Garcia, do Bom Retiro, de Itoupava Seca e nas estradas para Itoupava Central e Massaranduba. Desta vez, o maior volume de água desceu da região do Rio Hercilio. Os jornais da época notam que essa fora a sexta cheia do Itajaí desde novembro do ano passado, o que, praticamente, deixou a agricultura no município em precárias condições. As de piores consequencias e mais alto nivel foram, sem duvida, as tres aqui registradas e que mereceram especiais referencias nos jornais da época. Foi um dos anos mais chuvosos de que noticia se tinha.

1929

16 de outubro. Pequena cheia do Itajaí Açú. As águas alcançaram o nivel de 8,00 m, tendo inundado apenas partes muito baixas da Colônia. As águas atingiram a cota de 7,30m.)

1930

O ano começou com fortes aguaceiros e verdadeiras trombas d'água caíram sobre várias regiões da Colônia, fazendo transbordar riachos e ribeirões. Em janeiro e fevereiro vários temporais atemorizaram a população, pela sua violencia. Em fevereiro o ribeirão Garcia e seus afluentes alcançaram alto nivel. O Itajaí também chegou à cota de 6,70m.

1931

A 1º de abril depois de alguns dias de chuva, nova enchente do Itajaí Açú, cujas águas atingiram o nivel de 10,90m. O caso agravou-se por ser o mesmo dia tambem da lua cheia quando, geralmente as grandes marés represam as águas do grande rio em sua foz. Felizmente, a 3 de maio ventos do oeste e a cessação das chuvas afastaram o perigo que se previa de uma catástrofe ainda maior. Ruas mais baixas da cidade foram inundadas, cortando ligação entre vários bairros.

1931

Setembro 13/15 — Nova enchente depois de chuvas torrenciais durante alguns dias. As águas alcançaram o nivel de 10,65 m. Ruas alagadas. Comunicações com o interior interrompidas. Prejuizos no interior da Colônia e em várias

residências da cidade. Rio do Sul e Rio do Oeste foram também grandemente prejudicados. O Rio Hercílio, entretanto, apesar de grandemente engrossado pelas águas, manteve-se dentro do leito. Isso, possivelmente, evitou maior cheia em Blumenau. As cheias se sucederam, de sorte que "Der Urwaldsbote" informava que, em oito dias, a cheia que se repetira entre 16 a 17 de novembro fora a terceira enchente do mês. Essa última cheia alcançou o nível de 10,90.

1932

Maio 24/25 As águas do Itajaí Açu alcançaram o nível de 9,10 m acima do normal, depois de alguns dias de chuvas torrenciais.

1933

4 de outubro. Nova enchente após alguns dias de chuva persistente. As águas atingiram o nível de 11,30 m., segundo "Der Urwaldsbote". Outras fontes dão a altura dessa enchente como sendo 10,90 m. O fato é que as águas atingiram, além das ruas mais baixas, a rua 15 de novembro entre as atuais ruas Nereu Ramos e Marechal Floriano, a rua São Paulo, parte das alamedas, Barão do Rio Branco e Duque de Caxias. A primeira cota é a mais provável.

1935

Setembro, 23/24 — Os meses anteriores tinham sido de bom tempo e a precipitação fora relativamente pequena durante o último ano. A 22 de setembro, entretanto, caíram chuvas torrenciais por todo o Vale do Itajaí. Os rios de serra acima despejavam enormes massa d'água no grande Itajaí, que ultrapassou as margens, inundando grande região da Colônia e algumas ruas da cidade. Ficaram sob as águas partes das Alamedas Rio Branco e das Palmeiras, da rua São Paulo e de outras ruas centrais. As águas atingiram o nível de 10,50 m, alguns centímetros menos que a enchente de 1933. Os prejuízos não foram menores. No começo de outubro, seguinte, depois das águas terem baixado consideravelmente, novas chuvas torrenciais caídas nas regiões do Rio Oeste, das cabeceiras do Benedito e dos Cedros, tornaram a engrossa-lo, de sorte que, a 2 de outubro o rio atingia o nível de 9,20 m. Felizmente, não passou disso.

1936

A 4 e 5 de agosto, nova cheia do Itajaí Açu bem maior que a anterior. O nível das águas chegou a 9,40 m. Foram inundadas as ruas dos Atiradores (atual Alvin Schrader), Pastor Oswaldo Hesse, o bairro da Velha (parte inferior) e a rua São Paulo (1).

1939

Outra considerável enchente ocorreu a 24/25 de novembro. As águas do Itajaí Açu alcançaram nível pouco mais alto que o da enchente anterior 10,80 m. Alagadas diversas ruas da cidade, interrompendo as comunicações entre os vários bairros. Canoas transportando transeuntes nas ruas Atiradores, Rio Branco, Alameda das Palmeiras, Praça Fritz Müller, parte das ruas São Paulo e suas transversais. Os prejuízos no interior da Colônia foram grandes.

1943

De 1º a 3 de agosto de 1943, novamente o Itajaí Açu em decorrência de prolongadas chuvas em toda a região, deixou o leito e suas águas invadiram várias ruas da cidade. Como das demais vezes, os poderes públicos providenciaram canoas e bateiras para o transporte de moradores das ruas inundadas. As comunicações com os municípios vizinhos ficaram interrompidas. Os prejuízos causados às plantações no interior da Colônia, foram enormes, pois as varzeas dos vários rios e ribeirões, onde as plantações de milho e de outros cereais já se encontravam em pleno crescimento. A maior parte dessas plantações ficou inutilizada, obrigando os colonos a novas plantações. Nesta enchente as águas alcançaram o nível de 9,80 m segundo jornais da época. O quadro junto atribui-lhe a cota de 9,85 m, o que é mais certo. A 4 de agosto as águas já haviam baixado significativamente.

1946

1º de fevereiro. Apesar de menor que a anterior, pois as águas não foram além da cota de 8,80 m. Mesmo assim, várias famílias tiveram suas casas inundadas e os prejuízos causados às lavouras e às de comércio do Vale do Itajaí foram numerosos e bem elevados.

(1) "Der Urwaldsbote" n.º 11 de 7/8/1936

1 9 4 8

16 a 17 de maio. Nos dias anteriores, chuvas torrenciais castigaram todo o Vale do Itajaí. As águas do grande rio e seus inumeros afluentes e confluente, engrossaram tremendamente, transbordando e inundando os vales, inutilizando as plantações, inudando e até mesmo cobrindo as moradias nos lugares mais baixos. Foi uma enchente que igualou a de junho de 1928. Naquela ocasião as águas atingiram a cota de 11,46 m e desta vez a marca atingida, foi de 11,40 m. Em Massaranduba houve um morto por afogamento. Em Blumenau, grande numero de residencias foram inundadas. Os prejuizos verificados no comercio, nas lavouras, nas casas particulares, foram elevadissimos, calculados em muitos milhões de cruzeiros. Um prédio, à margem direita da rua 15 de Novembro e fundos para o Itajaí, desabou, pondo em perigo de desmoronamento outras construções vizinhas. Com o desabamento mencionado, o rio ficou a 12 passos da rua 15, em cujo leito grandes fendas eram ameaça de novos deslismamentos, não só do terreno, como das próprias edificações. A situação chegou a ser de verdadeira calamidade pública. Os bairros operários como os da Vila Nova, Velha, Garcia foram duramente atingidos. Mais de 300 casas foram inundadas. Como nas enchentes anteriores, os operários da Prefeitura e os soldados e oficiais do 32º B. C. prestaram inestimáveis serviços em socorros da população.

1 9 5 0

A 17 de outubro verificou-se nova enchente do Itajaí Açu. Felizmente, as águas, depois de invadirem as ruas, mais baixas da cidade, alcançaram a cota máxima de 8,80 m igualando-se, assim, essa cheia como verificada em 1939. Várias casas foram invadidas. Foram elevados os prejuizos sofridos pela população civil, pelo comercio e indústria. Também a comunicação entre alguns bairros foi interrompida por muitas horas.

1 9 5 3

31 de outubro — Mais uma vez o Itajaí Açu, deixando as suas margens, inundou as regiões mais baixas do Vale do Itajaí. Diversas ruas da cidade de Blumenau ficaram submersas por várias horas e diversas residencias foram atingidas, pregando um grande susto à população. As águas atingiram nivel um pouco mais alto que o de 1950, 9 metros. Uma tromba

de água desabada sobre Rio do Sul, agravara muito a situação. Parte de um morro, na Rua Hermann Hering, deslizou atingindo uma residencia, causando sérios prejuizos.

1 9 5 4

18 de maio. Chuvas torrenciais em todo o Vale do Itajaí, durante uma semana deram causa à nova cheia do Itajaí e inundação de parte da cidade de Blumenau, com enormes prejuizos ao comercio e às lavouras principalmente. As águas, engrossadas com a vasão dos afluentes do sul, norte e oeste, chegando à marca dos 8,91 m, o que significa inúmeras casas residenciais atingidas, com os incômodos e transtornos das mudanças de móveis e outros haveres para lugares mais altos e enormes prejuizos às plantações por todo o interior da Colônia.

1 9 5 4

Nesse mesmo ano, a 22 de outubro, Blumenau ficou castigada duramente por uma segunda enchente, bem maior que a anterior. Considerando o desenvolvimento que vinha tendo, não só a cidade de Blumenau como o das demais sedes municipais da região do Itajaí essa foi uma das mais desastrosas cheias do grande rio. Os prejuizos causados no Vale do Itajaí, foram avaliados em 150 milhões de cruzeiros. As ruas Paraíba, São Paulo e suas transversais, a Amazonas, Pastor Hesse, das Palmeiras, Floriano Peixoto, ficaram debaixo d'água. Um jornal da época escrevia: "Blumenau vive, no momento, horas de tristeza e desolação. Por vários recantos da cidade, nas partes baixas mais atingidas pelas inundações, observa-se um espetáculo impressionante de devastação e ruínas, sobre cujos escombros centenas de famílias humildes choram e lastimam o sacrificio inútil de tantos anos de trabalho perseverante e honesto para a conquista de sua felicidade de ter construído o seu lar próprio, de ter argamassado a grandeza do seu futuro e o de seus filhos. Em dez ou vinte anos de lutas, renúncias e sacrificios, foi destruído o produto do seu trabalho que lhe custou suor e lágrimas. (1) O tráfego das estradas de rodagem, da Estrada de Ferro Santa Catarina e de outras vias de comunicações ficaram completamente paralizados. E, "vista do morro da Caixa d'água, a cidade parecia um grande mar de águas barrentas." Rio do Sul também foi duramente atingido, sendo altíssimos os

(1) "*A Nação*", 24 de outubro de 1954

prejuizos sofridos pela cidade e pelo interior do rico município da serra acima. As águas subiram até o nível de 11,88 m; um pouco acima do da enchente de junho de 1928.

1 9 5 5

19/21 de maio. Desde vários dias antes chovia de forma continuada. Os rios, afluentes do Itajaí, drenavam para este, grandes massas d'água. Saindo do leito, o grande rio provocou nova enchente na cidade de Blumenau e nos povoados e linhas coloniais do interior. Ruas foram alagadas, impedindo o transito de veículos. Canoas e bateiras faziam o transporte dos moradores necessitados de atravessarem as zonas alagadas. Novamente foram altos os prejuizos causados ao comercio, às indústrias e à população civil. Muitas casas tiveram que ser abandonadas em virtude do alto nível das águas que, em muitas residencias chegaram até o telhado. Os jornais deram como nível atingido pela enchente a cota de 10,60 m. (1) Entretanto a marca fornecida pela Empresa Força e Luz foi de 9,90 m, suficiente para atingir as principais ruas do centro da cidade. O pior, nesta enchente, foram os desmoronamentos provocados das margens do rio no centro da cidade. Duas casas da rua 15, com fundo para o rio, ruíram em consequencia dos deslizamentos da terra. Isso aumentou consideravelmente o montante dos prejuizos. Mesmo depois de alguns dias, do recesso das águas ao leito do rio, os perigosos deslizamentos de terra continuaram, numa constante ameaça de novas desgraças. Ainda não haviam sido recuperados os estragos muito grandes provocados pela enchente de outubro do ano passado, quando esta nova desgraça se abateu sobre a cidade.

1 9 5 7

O ano de 1957 foi de constantes e grandes sobressaltos da população blumenauense em consequencia de varias cheias do Itajaí Açú. A semana de 17 a 24 de julho foi de chuva incessante por toda a região do Vale do Itajaí. A 22, o serviço de controle da Usina do Salto acusava um nível d'água de 12,60 m o que dava para o centro urbano a cota de 8,60 m. Mesmo assim ficaram alagadas as ruas Alvin Schrader, Pastor Oswaldo Hesse, além de parte dos bairros da Velha e Vila Nova, não tendo, felizmente, maiores consequências, além

(1) "A Nação", n° 110 de 21/5/55

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972
Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/74
Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425
89100 B L U M E N A U Santa Catarina
Instituição de fins exclusivamente culturais

São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;

Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"

Arquivo Histórico

Museu da Família Colonial

Horto Florestal "Edite Gaertner"

Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"

O Mensário "O LEITOR"

Tipografia e Encadernação

(exclusivamente para serviços internos)

Diretor Executivo: *Federico Carlos Allende*

Conselho Curador: *Hercílio Deeke* - presidente
Edison Müller - vice-presidente

Membros: *Elimar Baumgarten* — *Christiana Deeke Barreto* —
Isolde Hering d'Amaral — *Rolf Ehlke* — *Nelo Osti*

Um conjunto de vida, cores e muita alegria



malhas
Hering

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau - SC